

COR E FÉ

UMA HISTÓRIA DA ÁFRICA NA BAHIA





Aurélio Schommer

COR E FÉ

UMA HISTÓRIA DA ÁFRICA NA BAHIA

Itabuna / Bahia, 2011



© 2011 por Aurélio Schommer
Todos os direitos desta edição reservados à
VIA LITTERARUM EDITORA
Rua B, 300 - Aptº 103 - 1ª andar, Loteamento Jardim Grapiúna
Centro Comercial - Itabuna - Bahia, Brasil - 45600-767
Tel.: (73) 4141-0748 :: vleditora@vleditora.com.br
www.vleditora.com.br www.quiosquecultural.com.br

Revisão
Aurélio Schommer

Projeto Gráfico e Diagramação
Carlos Vilmar e Marcel Santos

Capa e Ilustrações
Estúdio Cedraz

Ilustrador
Sidney Falcão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S363 Schommer, Aurélio.
Cor e fé : uma história da África na Bahia /
Aurélio Schommer. – ilustrações de Sidney Falcão –
1. ed. rev. – Itabuna : Via Litterarum, 2011.
144p.

ISBN: 978-85-98493-58-9

1. Romance brasileiro. I. Falcão, Sidney
II. Título.

CDD – 869.93

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos CRB/533

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, total ou parcial, constitui violação da lei n 9.610/98.

PREFÁCIO

O segundo quarto do século XIX, após a abdicação de D. Pedro I, período das regências em função da menoridade de D. Pedro II e início do seu longo reinado, foi um dos períodos mais movimentados da História do Brasil, especialmente na Bahia, em Salvador e Recôncavo. Aurélio Schommer, num texto leve, saboroso, envolvente, transporta-nos a esse período e lugares. O faz pelos olhos de um africano, hauçá de família nobre, que vivia de prear africanos de outras etnias para revendê-los como escravos. Caindo em uma armadilha, tal “príncipe” negro, aos 12 anos, prova do destino reservado aos cativos de sua família: é “exportado” para o Brasil, descobrindo, após uma terrível viagem em navio negreiro, a beleza da Baía de Todos os Santos.

A partir desse início, a obra do romancista Aurélio Schommer mergulha no universo de negros, mestiços e brancos de uma nação recém-inaugurada, no coração da exploração do trabalho escravo como pressuposto econômico da monocultura da cana-de-açúcar. Em meio a revoltas, ódios, incompreensões, sobra espaço para a doçura, o romantismo, a esperança. Batizado Pedro, nosso narrador, muçulmano alfabetizado em árabe na terra de origem, irá apresentar ao leitor as muitas nuances que permeavam as relações entre negros e brancos, africanos e europeus, e também entre brancos e brancos, entre negros e negros, afinal a História não é preta e branca.

O maior mérito deste romance é a capacidade de nos transportar aos sentimentos de um escravo, revelando-nos em detalhes seu dia a dia, suas afeições, seus ódios e suas estratégias para superar a condição de escravo, alcançar a felicidade e, suprema esperança, tentar regressar à cidade natal, nos confins da Hauçalândia, hoje território da Nigéria. O leitor irá torcer com o narrador por cada uma dessas conquistas.

Como pano de fundo, ricamente descritas, a Revolta dos Malês, insurreição muçulmana visando a tomada do poder político da Bahia, e a Sabinada, uma das mais sangrentas páginas da política brasileira. Narrar “por dentro” tais episódios históricos revela o quanto é falsa qualquer versão que aponte apenas mocinhos e bandidos em cada lado das disputas. Nesse sentido, o romance segue a trilha da historiografia brasileira contemporânea, segue o princípio de evitar qualquer discurso maniqueísta, pois a vida real é mais complexa que uma luta entre o bem o mal, entre vítimas e algozes.

Cor e Fé é romance histórico, tão bom como romance quanto o é como narração de fatos históricos. Na Bahia do século XIX é possível encontrar muito da Bahia de hoje, pois apesar das mudanças, há muitas permanências, e mesmo sobrevivências, sobretudo nas afeições humanas, pois essas não mudam por conta da marcha da História.

Agenor Gasparetto
Sociólogo

SUMÁRIO

SALVADOR, 25 DE JANEIRO DE 1898	9
ROUBARAM NOSSOS ESCRAVOS	11
TRÊS MESES DE BALANÇO.....	14
ILHA DOS FRADES.....	19
VENDIDO	21
A FAZENDA RIBEIRÃO	27
OS DOMINGOS	32
AS LETRAS	40
O FLAGRANTE.....	44
SENSIBILIDADE E BOM-SENSE.....	47
DECADÊNCIA.....	52
A SOBRINHA MULATA.....	55
A DOENÇA	59
O TRONCO	62
SEBASTIÃO	68
O DINHEIRO.....	72
AFONSO.....	77
FAZER POR SI OU FAZER POR MUITOS	80
INTRIGAS	83
SUPLÍCIO E FUGA	87
A REVOLUÇÃO	92
O LOGRO BEM-VINDO	98

LEALDADE.....	104
LIBERDADE ADIADA	107
REENCONTROS	110
O DRAMA DA SINHAZINHA.....	113
A COMPRA DE FRANCISCA.....	115
MARIA AMÉLIA.....	122
A SABINADA	126
EM BUSCA DA FAMÍLIA AFRICANA	130
A PROTEÇÃO.....	132
OS SERTÕES.....	134
O CASAMENTO	137
SALVADOR, 10 DE MARÇO DE 1898	139

SALVADOR, 25 DE JANEIRO DE 1898

– É um índio. Um legítimo índio.

– E como tu sabes que é um índio? Está vestido como um dos teus. – Arguiu o português.

– Já andei muito pelos sertões, sei como é um índio.

– A mim não me dá certeza. Pode ser um índio como pode ser um sertanejo qualquer.

– Sei a diferença. O sertanejo é cruza de índio com branco, às vezes com um pouco de nossa cor. Esse daí não. Esse é índio.

– Ah, sabes nada, coisa de velho teimoso. – Concluiu Alberto, o comerciante luso.

Não era “coisa de velho”, embora eu estivesse de fato idoso, 82 anos, mal e bem vividos. O homem que andava lento no passeio oposto era um legítimo descendente dos antigos habitantes desta terra, um puro, bondoso, heroico e sem pecados a simbolizar a mal formada identidade nacional, como quis José de Alencar. Esse político cearense, mais político que escritor, inventou essa pureza e essa identidade. Deu certo. Todos gostaram, pois só assim se podia dizer que o Brasil era uma nação, não apenas um grande Portugal. Podia-se também esquecer os pecados dos brancos e a nossa incômoda presença negra. Podia-se, sobretudo, botar de lado a crueldade real, o sangue gravado nas chibatadas, nas tantas punições e guerras



injustas entre brancos e brancos, negros e brancos, e negros e negros, todos contra todos e cada um por si, ou por seu grupo, suas ideias, seus interesses. Não era uma história bonita, a real, pelo menos a da Bahia. A do índio era perfeita na pena do romancista.

Quando José de Alencar nasceu, a sinhazinha Maria Amélia dava-me as primeiras letras do português. O árabe, escrito, e o hauçá, falado, eu já sabia. Se fui mais longevo (o escritor morreu em 1877), não tive a mesma sorte do autor de O Guarani. Minha história é mais sofrida, e mais longa.

ROUBARAM NOSSOS ESCRAVOS

Estávamos levando uma carga de nupes, ou tapas, como se diz na língua de Oyo, para Ibadan, onde seriam vendidos, quando bandoleiros fulanis nos pegaram de emboscada. Tinham mais armas e o fator surpresa. Eu, com apenas 12 anos, e meus três companheiros hauçás hesitamos muito antes de reagir, talvez porque pensássemos em esclarecer a situação: éramos aliados do Califado de Sokoto, o império fulani, estávamos juntos na jihad, e fora numa das batalhas contra infiéis que havíamos capturado aqueles nupes. Os que conduzíamos eram nossa parte na pilhagem, justa e combinada com o exército oficial do sucessor de Usman dan Fodio, o fulani fundador da nova guerra santa e do domínio de seu povo sobre toda Hauçalândia e grande parte da Yorubalândia. Mas quem nos atacava

eram ladrões renegados, tão especialistas quanto nossa família em fazer cativos, mas do outro lado da lei. Não respeitaram sequer o princípio de não escravizar irmãos muçulmanos: passamos a fazer parte da carga em igualdade de condições com os nupes fetichistas.

O hábito de fazer cativos uns aos outros, vendendo boa parte dos capturados aos traficantes da costa, era o flagelo de nossa região da África. Conhecíamos o idioma escrito e os avanços técnicos e militares dos árabes e berberes, de quem herdamos a fé monoteísta. Tínhamos cidades fortificadas e ricas, com malans (clérigos), ferreiros, carpinteiros, além de muitos outros profissionais especializados. Bons comerciantes, éramos o povo mais culto e avançado ao sul do Saara. Mas vivíamos em guerra. Para bem fazê-la, convinha dispor de boas armas de fogo e pólvora, coisa que não fabricávamos: era preciso trocar com os brancos, que demandavam escravos. Assim, quanto mais guerras, mais escravos, mais armas, mais guerras. Nenhum branco adentrava nossas terras para fazer cativos com as próprias mãos, não correriam o risco, seria imenso, pois não precisavam: dávamos tantos negros quanto eles quisessem, em troca de muito pouco.

No caminho restante até Ibadan, minha esperança, que a angústia transformava em quase certeza, era a volta de meu pai com reforços para nos tirar dali. Ele fora um sarki, chefe hauçá de enorme prestígio, uma espécie de rei, e teria meios de enquadrar aqueles fulanis desgarrados. Era para estar conosco no momento da emboscada, mas fora resolver algo com



um emissário de Sokoto e ficara de logo nos encontrar adiante. “Onde estará?”, pensava eu a todo instante, enquanto a sede e a poeira faziam-me experimentar um sofrimento não conhecido até ali.

O comerciante de Ibadan, um fon, tratou de nos despachar logo para a costa. Enquanto estive na cidade, aguardei ainda por um resgate. Quando a deixei, comecei a imaginar o que o destino reservaria a mim como escravo. Sabia haver navios de homens brancos a nos levar em longas viagens pelo mar oceano. De certa forma, estava ansioso pela experiência. Fosse qual fosse a provação, viesse logo.

TRÊS MESES DE BALANÇO

No galpão, em Lagos, havia gente da costa, fons, fantis, ashantis, ketus, oyos, nupes, bornus, alguns hauçás como nós, e até um pequeno grupo de fulanis. Logo nos dividimos em muçulmanos e fetichistas. Da nossa parte, a maioria era de povos da Yorubalândia, os nagôs, como posteriormente seriam chamados no Brasil (o termo é francês, não africano). Era nesse grupo onde havia mais mulheres, colocadas em separado em respeito à tradição de nossa fé: só ter diálogo com uma mulher desconhecida através da licença de algum parente dela.

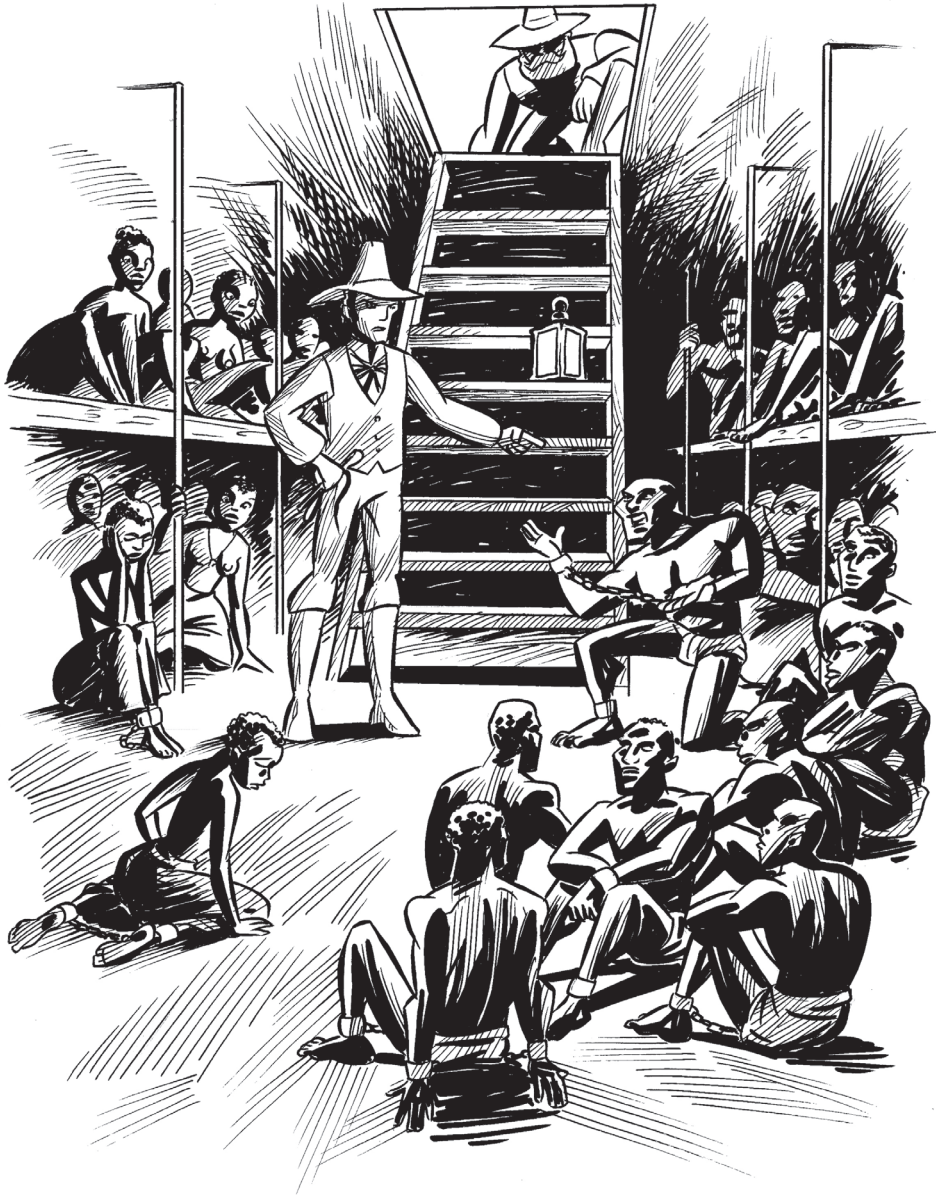
Os homens que cuidavam do galpão eram especialmente cruéis com nossa metade, distribuindo chibatadas junto com a pouca água e a escassa comida,



um mingau ralo feito a partir de alguma raiz ou farinha. A chibata arde, a dor na pele permanece por bom tempo, porém a humilhação dói mais, conforme eu saberia também mais tarde, em torturas piores. Para quem se acostumara a ser filho do chefe, tal sentimento tornava-se agudo.

Depois de três dias, ansiávamos pelo embarque. Os sete hauçás fomos amarrados juntos e assim seguimos, em fila, até as canoas, depois ao navio. Fiquei tão encantado com o mar que passei a fantasiar a viagem como algo alvissareiro. A realidade foi outra: um porão escuro, uns jogados sobre os outros deitados, cuidando para não sufocarem, amarrados a grilhões. Com o passar dos dias, uma sede terrível, a água deveras racionada, somava-se ao desconforto pelo odor da mistura de fezes e urina. Alguns tinham a sorte de serem chamados a uma tarefa no convés, ou mesmo no porão. Escapavam assim à dor da imobilidade. O balanço deixou a todos enjoados nos primeiros dias, contudo não podíamos desperdiçar nada da ração de grãos, farinha de mandioca e carne mal-cheirosa, e segurávamos tudo, engolindo o desconforto e o nojo.

No porão, não havia como contar o tempo, nem fazer as orações, pois era sempre escuro. Num exercício mental, abstrai-me do cheiro e do próprio corpo, assolado pela sujeira mais imunda em toda a extensão. Não sei dizer, portanto, quantos dias ou mesmo semanas se passaram até que, divididos em levas, fomos chamados ao convés para pegar sol e banhar-mos. O balde de água salgada foi um renascimento.



Estava frágil, magro, mas meu corpo havia sido devolvido. Devido ao perigo de doenças, a alternância entre convés e porão tornou-se rotina.

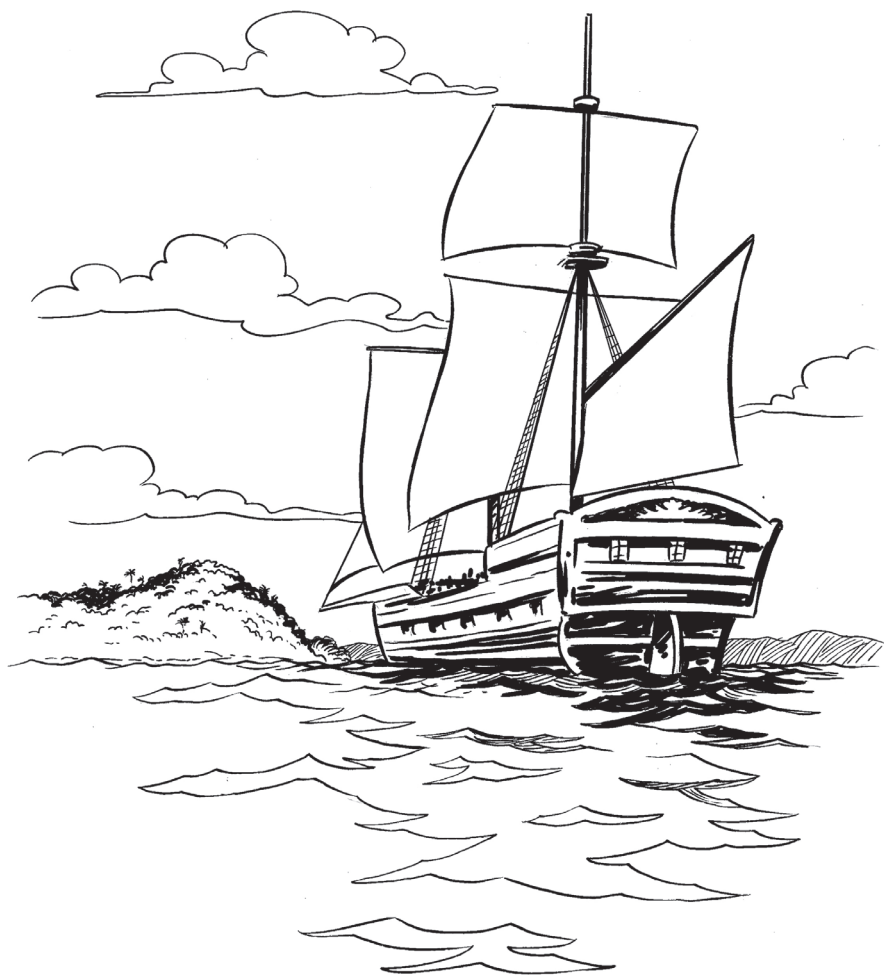
O capitão do navio era branco, e os capatazes, mulatos. Falavam conosco numa língua geral próxima da fala de Oyo. Entre eles, usavam um idioma completamente estranho para mim: o português. Quando se dirigiam a nós, faziam-no sempre aos berros, atentos a qualquer manifestação de insubordinação: temiam um motim. Algo para lá de improvável: estávamos progressivamente enfraquecidos, não poderíamos segurar uma arma ou golpear alguém sem tremer.

Quem ficava doente, jogavam ao mar ainda vivo. Não sei se era mais vil isso ou um tiro de misericórdia antes, mas, dada a realidade, eles não tinham alternativa. Conforme soube depois, epidemias de peste assolavam com frequência os navios negreiros, por vezes matando a maioria das “peças” a bordo. Desse modo, parecia sensato isolar os doentes que pudessem representar uma ameaça de contágio. Cruel? Os portugueses são assim desde o início dos tempos. Vasco da Gama, quando encontrou uma balsa de peregrinos muçulmanos entre a Índia e a Arábia, desprovida de armas e sem representar qualquer ameaça, ordenou disparos certos dos canhões das naus, botando a frágil embarcação a pique, sob o argumento de que matar infiéis (em relação a Cristo) constituía um dever moral. Engane-se quem quiser: para mim dizia respeito apenas à crueldade.

A média de perdas de um navio de escravos, naquela época, estava em 20 ou 30 a cada 100, quando não se perdia a carga toda, marinheiros incluídos, afundada por borrascas, perdidas todas as velas, ou resultado da extrema precariedade de construção e manutenção. Nossos algozes em particular tiveram sorte, uma perda ínfima, talvez por sermos quase todos homens e jovens, fortes e rijos quando embarcados. Não se imagine com isso ter sido a viagem um passeio. O sofrimento foi tal que quando avistamos terra a alegria tomou conta de todos. Era uma terra estrangeira, boa coisa não nos estava reservada, contudo haveria de ser melhor que o balanço infernal e todos os sofrimentos decorrentes do apinhar de gentes reduzidas a um tratamento inferior ao dado a qualquer animal.

ILHA DOS FRADES

Uma baía belíssima, com uma permanente e reparadora brisa fresca, montes verdes em volta e uma cidade maior do que imaginara existir à direita, majestosa e esparramada ao redor de imenso rochedo. Amanhecia quando adentramos a baía, e o colosso urbano parecia aprisionar o sol atrás de si, permitindo apenas a passagem da luz suave. Por um instante, pareceu-me ter chegado ao paraíso. Fundeamos nas proximidades da Ilha dos Frades, coberta de matas em coloridos tons de verde.



Ao pisarmos a areia da praia, estávamos todos eufóricos, nem tanto pelo lugar, encantado de tão belo, mas de alívio por termos chegado vivos até ali. Após sermos batizados por um padre, cerimônia a qual não reagimos com a devida indignação por não compreendermos então seu real significado, preocupamo-nos, os muçulmanos, em descobrir qual seria a direção de Meca a partir daquela ilha. Um malam nagô (vou chamar assim a partir daqui porque é deste modo que se denominavam no Brasil os povos da Yorubalândia) calculou pela posição do sol, e fizemos nossa primeira oração desde a saída da África.

Acorrentados para prevenir uma eventual fuga, passamos a noite num galpão de paredes de barro e piso de chão batido. Um sono delicioso, por conta do clima e da terra firme. Ao amanhecer, os homens com marcas a ferro no corpo foram separados e embarcados em diversos saveiros. Soube depois estarem assim por serem encomendas prévias de fazendeiros específicos. Nós, os hauçás, só seríamos embarcados na manhã seguinte, rumo ao mercado de escravos de Salvador.

VENDIDO

No porto da grande cidade, gente de todas as cores, vestimentas de todos os padrões, muitos falando ao mesmo tempo, intensa agitação. Passamos em fila, amarrados pelos pés uns aos outros, sob o olhar curioso de alguns. Pouco adiante, entramos num

grande salão onde havia uma centena de africanos de diversas nacionalidades, inclusive bantos. Eu conhecia esses últimos por servirem, aqui e ali, de escravos em cidades hauçás. O tipo de gente que desprezávamos não apenas por serem infiéis fetichistas, como por uma disputa racial antiga, nós como superiores, eles como inferiores, de nosso ponto de vista, é claro. No espaço, arrendado a comerciantes de escravos, as “peças” (cativos) aguardavam o interesse de algum comprador. Como isso demorasse às vezes, sob o regime de subalimentação, não raros ficavam fracos, emagrecidos, dando um tom soturno e deprimente ao lugar.

Ao surgirem brancos, compradores em potencial, muitos procuravam se aprumar, causar boa impressão. Imploravam pelo cativo definitivo, por ter um dono a quem fossem braços úteis, melhor do que ser uma sobra humana sem serventia alguma, esquecida naquele lugar fétido e miserável.

De minha parte, desejava ser comprado junto com os irmãos hauçás. Uns aos outros tínhamos, unidos pela identidade étnica, e mais nada. Não foi assim. O branco que me escolheu, ainda na tarde do dia da chegada ao salão, queria apenas três peças, e escolheu a dedo: eu, uma menina um pouco mais nova, nagô ketu, e um homem forte, de uns 20 anos, do grupo de nupes que meu pai fizera cativo no contexto da jihad. Regateou com o comerciante até chegar a um conto de réis pelo conjunto, e saiu satisfeito, com um mulato e um crioulo (negro nascido no Brasil) a nos conduzirem pelo braço.